

Sumário

Apresentação à 2. ^a edição	7
Apresentação à 1. ^a edição	11
Obras do autor	13
1. Introdução	23
2. A antevisão dos princípios constitucionais	28
2.1 A dignidade da pessoa humana como princípio regente	30
2.2 Princípio da livre formação da personalidade	31
2.2.1 Personalidade	33
2.2.2 O foco do individualismo	34
2.2.3 A alçada do ambiente	35
2.2.4 A interação dos cosmos individual e ambiental	36
3. A dignidade sexual como bem jurídico penal	39
3.1 Bem jurídico penal	39
3.2 Dignidade sexual	41
4. Dos crimes contra a liberdade sexual	45
4.1 Estupro (art. 213, CP)	45
4.1.1 Estrutura típica	45
4.1.2 Sujeitos e objetos do crime	52
4.1.2.1 Marido como sujeito ativo	53

4.1.2.2	Pessoa prostituída como sujeito passivo	55
4.1.3	Elemento subjetivo.....	56
4.1.4	Classificação e particularidades	58
4.1.5	Formas qualificadas	62
4.1.6	Jurisprudência atualizada	64
4.1.6.1	Estupro como crime único.....	64
4.1.6.2	Estupro como tipo cumulativo ..	69
4.1.6.3	Hediondez do estupro na forma simples e com violência presumida, mesmo antes da Lei 12.015/2009.....	70
4.1.6.4	Dificuldade probatória e palavra da vítima.....	71
4.1.6.5	Erro de tipo e idade da vítima..	79
4.1.6.6	Mantida a possibilidade de desclassificação de estupro para importunação ofensiva ao pudor	81
4.1.6.7	Nova dosimetria para o estupro praticado com mais de um ato libidinoso	81
4.1.6.8	Dissenso da vítima	82
4.1.6.9	Ruptura himenal	83
4.1.6.10	Exame de corpo de delito	83
4.1.6.11	Tentativa de estupro	85
4.2	Violação sexual mediante fraude (art. 215, CP)...	86
4.2.1	Estrutura típica	86
4.2.2	Sujeitos e objetos do crime	89
4.2.3	Elemento subjetivo.....	89
4.2.4	Classificação e particularidades	90
4.2.5	Jurisprudência atualizada	91

4.2.5.1	Diferença entre os arts. 215 e 217-A	91
4.3	Assédio sexual (art. 216-A, CP)	92
4.3.1	Estrutura típica	92
4.3.2	Sujeitos e objetos do crime	93
4.3.3	Elemento subjetivo	94
4.3.4	Classificação e particularidades	94
4.3.5	Jurisprudência atualizada	96
4.3.5.1	Relação entre professor e aluno ..	96
4.3.5.2	Exigência de ambiente hierar- quizado	97
5.	Dos crimes sexuais contra vulnerável	99
5.1	Estupro de vulnerável (art. 217-A, CP)	99
5.1.1	Estrutura típica	99
5.1.2	Sujeitos e objetos do crime	105
5.1.3	Elemento subjetivo	106
5.1.4	Classificação e particularidades	106
5.1.5	Jurisprudência atualizada	109
5.1.5.1	Vulnerabilidade absoluta	109
5.1.5.2	Vulnerabilidade relativa	111
5.1.5.3	Art. 217-A mais favorável em confronto com o aumento gera- do pelo art. 9.º da Lei 8.072/90	114
5.1.5.4	Vulnerabilidade por embria- guez e <i>in dubio pro reo</i>	117
5.1.5.5	Prova da idade da vítima	117
5.1.5.6	Prisão cautelar	118
5.1.5.7	Dosimetria da pena e <i>bis in idem</i>	118
5.2	Indução de menor à satisfação da lascívia de outrem (art. 218, CP)	119
5.2.1	Estrutura típica	119

5.2.2	Sujeitos e objetos do crime	121
5.2.3	Elemento subjetivo.....	122
5.2.4	Classificação e particularidades	122
5.2.5	Jurisprudência atualizada.....	123
5.2.5.1	Inexistência de corrupção de menores via relação consentida	123
5.3	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A, CP).....	124
5.3.1	Estrutura típica	124
5.3.2	Sujeitos e objetos do crime	126
5.3.3	Elemento subjetivo.....	126
5.3.4	Classificação e particularidades	126
5.3.5	Jurisprudência atualizada.....	127
5.3.5.1	Prisão cautelar.....	127
5.3.5.2	Presença via internet	127
5.4	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (art. 218-B, CP)	128
5.4.1	Estrutura típica	128
5.4.2	Sujeitos e objetos do crime	135
5.4.3	Elemento subjetivo.....	136
5.4.4	Classificação e particularidades	136
5.4.5	Jurisprudência atualizada.....	137
5.4.5.1	Necessidade de existência de pagamento pela prática sexual..	137
5.4.5.2	Incesto como fato atípico	137
6.	Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	139
6.1	Princípio da intervenção mínima e bem jurídico tutelado.....	139
6.2	Prostituição e exploração sexual	142
6.3	Mediação para servir a lascívia de outrem (art. 227, CP).....	145

6.3.1	Estrutura típica	145
6.3.2	Sujeitos e objetos do crime	146
6.3.3	Elemento subjetivo.....	147
6.3.4	Classificação e particularidades	147
6.3.5	Jurisprudência atualizada.....	147
6.3.5.1	Consentimento para a prática de ato libidinoso.....	147
6.4	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (art. 228, CP).....	148
6.4.1	Estrutura típica	148
6.4.2	Sujeitos e objetos do crime	150
6.4.3	Elemento subjetivo.....	150
6.4.4	Classificação e particularidades	150
6.5	Estabelecimento em que ocorra exploração sexual (art. 229, CP)	151
6.5.1	Estrutura típica	151
6.5.2	Sujeitos e objetos do crime	152
6.5.3	Elemento subjetivo.....	153
6.5.4	Classificação e particularidades	153
6.5.5	Jurisprudência atualizada.....	154
6.5.5.1	Atipicidade por adequação social	154
6.6	Rufianismo (art. 230, CP)	155
6.6.1	Estrutura típica	155
6.6.2	Sujeitos e objetos do crime	156
6.6.3	Elemento subjetivo.....	156
6.6.4	Classificação e particularidades	156
6.6.5	Jurisprudência atualizada.....	157
6.6.5.1	Exigência de ganho direto da prostituição	157
6.7	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (art. 231, CP)	157

6.7.1	Estrutura típica	157
6.7.2	Sujeitos e objetos do crime	160
6.7.3	Elemento subjetivo.....	160
6.7.4	Classificação e particularidades	161
6.7.5	Jurisprudência atualizada.....	161
6.7.5.1	Competência da Justiça Federal ..	161
6.7.5.2	Possibilidade de prisão cautelar	162
6.8	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual (art. 231-A, CP)	162
6.8.1	Estrutura típica	162
6.8.2	Sujeitos e objetos do crime	164
6.8.3	Elemento subjetivo.....	165
6.8.4	Classificação e particularidades	165
6.8.5	Jurisprudência atualizada.....	166
6.8.5.1	Necessidade de prova da posterior prostituição	166
6.8.5.2	Fornecimento de alojamento e refeição	168
6.8.5.3	Indispensabilidade de prova segura	168
7.	Do ultraje público ao pudor	169
7.1	Princípio da intervenção mínima e bem jurídico tutelado.....	169
7.2	Ato obsceno (art. 233, CP)	171
7.2.1	Estrutura típica	171
7.2.2	Sujeitos e objetos do crime	172
7.2.3	Elemento subjetivo.....	172
7.2.4	Classificação e particularidades	173
7.2.5	Jurisprudência atualizada.....	174
7.2.5.1	Elemento subjetivo específico como diferencial entre atentado ao pudor e ato obsceno	174
7.2.5.2	Relevância da palavra da vítima	174

7.2.5.3	Local exposto ao público.....	174
7.2.5.4	Local público	175
7.2.5.5	Inviabilidade de desclassificação de tentativa de estupro para ato obsceno.....	176
7.3	Escrito ou objeto obsceno (art. 234, CP)	176
7.3.1	Estrutura típica	176
7.3.2	Sujeitos e objetos do crime	177
7.3.3	Elemento subjetivo.....	177
7.3.4	Classificação e particularidades	178
8.	Aspectos processuais penais	179
8.1	Ação penal (art. 225, CP)	179
8.1.1	Atual disposição e a Súmula 608 do STF	179
8.1.2	Aplicação da lei penal benéfica	181
8.1.3	A lacuna relativa às formas qualificadas do estupro.....	189
8.2	Prisão cautelar.....	190
8.3	Jurisprudência atualizada	192
8.3.1	Mantença da Súmula 608	192
8.3.2	Revogação da Súmula 608.....	193
8.3.3	Aplicação imediata da nova redação do art. 225	194
9.	Causas de aumento de pena e sigilo	195
9.1	Circunstâncias legais para elevação da pena	195
9.2	Segredo de justiça	198
	BIBLIOGRAFIA.....	201
	ANEXO	205